



André Dusek/AE

*Reunião dos parlamentares, em Brasília: agora pretendem ouvir reivindicações dos trabalhadores*

# Sindicalistas serão convocados

BRASÍLIA — Depois de mais uma reunião para discutir as sugestões para o plano de emergência que o Congresso enviará ao presidente José Sarney, os líderes dos partidos políticos (exceto os do PT, PDT e PC do B) resolveram convidar os sindicalistas da CUT, CGT, USI e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para que, no início da semana, entreguem também suas propostas ao grupo. Segundo o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, o documento final dos parlamentares será uma síntese das sugestões enviadas ao Congresso. “Por isso, queremos agora ouvir as reivindicações dos trabalhadores”, disse o senador.

Os empresários, liderados pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, já entregaram suas propostas e discutiram com os parlamentares e políticos, na quinta-feira. Segundo o deputado César Maia, economista do PDT, a presença dos empresários no Congresso tem grande importância política, já que é um respaldo para as sugestões econômicas. Do ponto de vista econômico, entretanto, a contribuição dos empresários foi considerada tímida por Maia, bem como pelo deputado tucano José Serra, também economista, e pelo lí-

der do PMDB no Senado, Ronan Tito.

A posição dos três parlamentares é compartilhada pelos demais membros do grupo, que acreditam na necessidade de medidas fortes para conter a inflação. “As sugestões dos empresários são válidas, mas não passam de perfumaria”, disse César Maia. É dele, aliás, o projeto que tem tomado corpo nas discussões do grupo de líderes partidários.

Se o plano do deputado César Maia vingar de fato, será contempla-

da a idéia do senador Tito de fundir o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Planejamento em um superministério, para a centralização da política econômica. Outras medidas seriam a suspensão por 12 meses de incentivos e subsídios, também apoiada pelos empresários, bem como a antecipação de receitas, via medida provisória. O País poderá ter, ainda, uma nova moeda, a quarta desde o início de fevereiro de 1986. Esta só seria adotada no final do processo.